



LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões a seguir.

Etimologia

Etimologia é a parte da gramática que trata da história ou origem das palavras e da explicação do significado de palavras através da análise dos elementos que as constituem. Por outras palavras, é o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica.

Algumas palavras derivam de outras línguas, possivelmente de uma forma modificada (as palavras-fontes são chamadas étimos). Por meio de antigos textos e comparações com outras línguas, os etimologistas tentam reconstruir a história das palavras, quando elas entram em uma língua, quais as suas fontes, e como a suas formas e significados se modificaram.

Os etimólogos também tentam reconstruir informações sobre línguas que são velhas demais para que uma informação direta (tal como a escrita) possa ser conhecida. Comparando-se palavras em línguas correlatas, pode-se aprender algo sobre suas línguas afins compartilhadas. Deste modo, foram encontrados radicais de palavras que podem ser rastreadas por todo o caminho de volta até a origem da família de línguas indo-europeias. [...]

O estudo da origem das palavras pode, contudo, levar a armadilhas e a falácias etimológicas, que formam a pseudoetimologia ou a etimologia popular. Um exemplo, bastante discutido, é o da palavra cadáver que, segundo alguns autores, teria origem na inscrição latina "caro data vermibus" (carne dada aos vermes), que supostamente seria inscrita nos túmulos. Na verdade, não se encontrou, até hoje, nenhuma inscrição romana deste gênero. Hoje é defendido pelos etimologistas que a palavra deriva da raiz latina "cado", que significa "caído".

Um exemplo de armadilha brasileira é a etimologia da palavra forró. Muitos acreditam que tenha vindo de *for all*, do inglês, durante a Segunda Guerra Mundial, quando os estadunidenses tinham bases no nordeste brasileiro. Entretanto, a palavra é formada a partir de forrobodó e já existia há muito mais tempo.

(Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Etimologia>. Acesso em 10 out. 2016. Adaptado.)

1) Analise os itens abaixo e indique (V) para os itens verdadeiros e (F) para os itens falsos, assinalando a alternativa correta.

I- As falácias etimológicas são caracterizadas pela ausência de base científica.

II- A etimologia interessa-se sobretudo pelo estudo das palavras compostas.

III- A análise etimológica não permite restaurar formas verbais de línguas ágrafas.

a) F – V – V

b) V – F – V

c) F – V – F

d) V – F – F

2) Segundo o texto, a palavra "forró"

a) tem origem obscura.

b) é formada por abreviação.

c) surgiu no século XX.

d) deriva de uma palavra composta.

3) Assinale a alternativa em que há erro(s) de ortografia.

a) fascinar, empecilho, entorse

b) coturno, privilégio, cortiça

c) rescindir, acessor, aborrescer

d) soçobrar, sarjeta, almaço

4) Devido ____ pesquisas etimológicas, chegou-se ____ compreensão das raízes de palavras sobre ____ quais havia controvérsia. Assinale a alternativa que completa corretamente esse enunciado.

a) a – à – as

b) à – à – as

c) à – a – às

d) a – a – às

5) Assinale a alternativa correta quanto à pontuação.

a) Encontraram-se, em línguas extintas, as raízes de palavras presentes nas línguas que hoje são faladas em diversos locais do mundo.

b) Encontraram-se, em línguas extintas as raízes de palavras presentes nas línguas, que hoje são faladas em diversos locais do mundo.

c) Encontraram-se em línguas extintas, as raízes de palavras, presentes nas línguas, que hoje são faladas em diversos locais do mundo.

d) Encontraram-se em línguas, extintas, as raízes de palavras, presentes nas línguas que hoje são faladas em diversos locais do mundo.

6) Assinale a alternativa em que a concordância verbal não está de acordo com a norma culta.

a) A maior parte das palavras do português veio do latim.

b) Houve pesquisas que se destacaram nessa área.

c) Foi estudado por filólogos muitas línguas da Antiguidade.

d) O Brasil é um dos países que fazem parte do mundo lusófono.

7) Assinale a alternativa em que o plural do substantivo não está de acordo com a norma culta.

a) capitão-mor – capitães-mores

b) peixe-espada – peixes-espada

c) banana-maçã – bananas-maçã

d) grão-mestre – grãos-mestres

8) Assinale a alternativa em que há erro(s) de acentuação gráfica.

a) médium, pólen, letícia

b) gratuito, rúbrica, jaburú

c) transistor, ímã, recorde

d) cateter, heroína, egoísmo

9) A empregada declarou que ela _____ havia feito _____ reclamações. Assinale a alternativa que completa adequadamente esse enunciado.

- a) mesma – bastantes
- b) mesma – bastante
- c) mesmo – bastante
- d) mesmo – bastantes

10) Assinale a alternativa em que a construção do elo entre as orações está de acordo com a norma culta.

- a) Bopp foi um autor o qual sua obra permitiu o desenvolvimento do método comparativo.
- b) Bopp foi um autor cuja obra permitiu o desenvolvimento do método comparativo.
- c) Bopp foi um autor que a obra dele permitiu o desenvolvimento do método comparativo.
- d) Bopp foi um autor cujo a obra do mesmo permitiu o desenvolvimento do método comparativo.

11) Nos trechos “a palavra deriva da raiz latina ‘cado’, que significa ‘caído’” e “pode-se aprender algo”, os termos “que” e “algo” exercem funções sintáticas de

- a) sujeito e objeto direto respectivamente.
- b) objeto direto e sujeito respectivamente.
- c) sujeito (ambos).
- d) objeto direto (ambos).

12) Os fatos falam por si _____, mas nem sempre os vemos _____ eles são. Assinale a alternativa que completa adequadamente esse enunciado.

- a) só – tal qual
- b) sós – tal qual
- c) só – tais quais
- d) sós – tais quais

13) Nos trechos “através da análise dos elementos” e “que tenha vindo de *for all*”, os termos “dos elementos” e “de *for all*” exercem, respectivamente, funções sintáticas de

- a) complemento nominal e objeto indireto.
- b) objeto indireto e complemento nominal.
- c) complemento nominal (ambos).
- d) objeto indireto (ambos).

14) Reescrevendo-se o trecho “os etimologistas podem reconstituir formas arcaicas da língua” na voz passiva analítica, obtém-se a forma verbal:

- a) “são reconstituídas”.
- b) “podem reconstituir-se”.
- c) “podem ser reconstituídas”.
- d) “podem estar sendo reconstituídas”.

15) Fui à procura de um amigo, _____ de pedir-lhe aconselhamento que fosse _____ minhas necessidades. Assinale a alternativa que completa adequadamente esse enunciado.

- a) afim – ao encontro de
- b) afim – de encontro a
- c) a fim – de encontro a
- d) a fim – ao encontro de

16) “Algumas palavras derivam de outras línguas, possivelmente de uma forma modificada”. Considerando-se a língua portuguesa, pode-se entender, a partir dessa informação, que

- a) as palavras estrangeiras são sempre aportuguesadas ao entrarem em nosso vocabulário.
- b) há palavras que se formam na própria língua portuguesa.
- c) as palavras derivadas têm origem predominantemente no latim.
- d) as mudanças linguísticas acarretam a impossibilidade de identificar a origem de certas palavras.

17) Considere os enunciados a seguir:

I– Buscar a origem das palavras é como pisar território desconhecido.

II– Prefiro a língua latina do que a grega.

III– A ausência de registros históricos implica dificuldades à etimologia.

A regência verbal está de acordo com a norma culta em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

18) Assinale a alternativa em que a(s) forma(s) verbal(is) está(ão) de acordo com a norma culta.

- a) É necessário que se medie a paz entre os países em conflito.
- b) Quando ver o imóvel, farei uma oferta.
- c) Espero que eles se oponham à proposta e adiram à greve.
- d) Os investidores obteram um lucro considerável.

19) Assinale a alternativa em que a palavra tem o mesmo número de fonemas e letras.

- a) extinguir
- b) coincidente
- c) táxi
- d) exotérmico

20) Assinale a alternativa em que a palavra contém uma desinência de gênero.

- a) raposa
- b) pirata
- c) elefante
- d) cobra

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) O artigo 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 estabelece que são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Com base nisso, os créditos adicionais classificam-se em:

- a) Ativo Financeiro e Permanente.
- b) Suplementares, especiais e extraordinários.
- c) Ativo Permanente e Saldo Patrimonial.
- d) Suplementares, extraordinários e excessivos.

22) Por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, de que dispõe o artigo 23 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por:

- a) Por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um triênio.
- b) Por decreto do Poder Legislativo, abrangendo, no mínimo um semestre.
- c) Por decreto do Poder Legislativo, abrangendo, no mínimo um triênio.
- d) Por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um semestre.

23) De acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, Título VI, Capítulo II, no que tange a Execução do Orçamento e da Receita, assinale.

I - Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

II - São objetos de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

III - Sempre será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.

Assinale a alternativa correta.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas, exceto a I.
- c) Todas as assertivas estão corretas, exceto a II.
- d) Todas as assertivas estão corretas, exceto a III.

24) De acordo com o artigo 12, §5º da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:

I - Aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.

II - Aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.

III - Constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- c) Todas as assertivas estão erradas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

25) Identifique a categoria econômica das despesas abaixo, marcando "C" para Despesas Correntes e "D" para Despesas de Capital, bem como assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

- ☐ Despesas de Custeio
- ☐ Transferências Correntes
- ☐ Investimentos
- ☐ Inversões Financeiras
- ☐ Transferências de Capital

- a) D, D, D, C, D.
- b) D, C, D, C, D.

- c) C, C, D, D, D.
- d) D, D, C, C, D.

26) Assinale a alternativa que não contém elemento de despesa do tipo investimento, de acordo com o artigo 13 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

- a) Obras Públicas.
- b) Material Permanente.
- c) Serviços em Regime de Programação Especial.
- d) Constituição de Fundos Rotativos.

27) Assinale a alternativa correta a respeito do exercício financeiro, de acordo com o artigo 36 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

- a) Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- b) Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até os 180 dias antecedentes ao término do ano civil, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- c) Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, tais como os provenientes de Empréstimos Compulsórios.
- d) O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data do pagamento por parte do devedor.

28) De acordo com o artigo 48 da Constituição Federal, dispor sobre matéria do plano plurianual cabe ao:

- a) Senado Federal, com a sanção do Presidente da República.
- b) Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República.
- c) Presidente da República, com a sanção do Congresso Nacional.
- d) Presidente da República, com a sanção do Senado Federal.

29) À luz da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com os créditos adicionais.

- a) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por Portaria Executiva.
- b) Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- c) A abertura dos créditos suplementares e especiais depende apenas de exposição justificativa.
- d) Os créditos excessivos serão destinados a reforço de dotação orçamentária.

30) De acordo com a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o rol de legitimados poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) A representação será sempre por escrito, contendo a qualificação do representante, informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- c) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade que, mediante requerimento, poderão designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.
- d) A ação principal será proposta pelo Ministério Público ou terceiro qualquer.

31) De acordo com o artigo 23 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, podem ser propostas:

- a) Até cinco anos após o término de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- b) Até quatro anos após o término de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- c) Até três anos após o término de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- d) Enquanto não imputado o crime ao agente a que se pretende a punição.

32) De acordo com a Lei 9.790, de 23 de março de 1999 - Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências, não é passível de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, exceto.

- a) As sociedades comerciais.
- b) As associações de representação de categoria profissional.
- c) As pessoas jurídicas de direito privado que tenham como objetivo a promoção da assistência social.
- d) As cooperativas.

33) Para os efeitos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, entende-se por:

- a) Programa, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um projeto, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- b) Projeto, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- c) Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

d) Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um projeto, que envolve operações que se realizam de modo contínuo e permanente, resultando assim no objeto final do projeto necessário ao governo.

34) De acordo com o artigo 21 do Estatuto do Servidor Público do Município de Embu das Artes (Lei Complementar Municipal nº 137, de 12 de março de 2010), o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após o período de:

- a) 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- b) 3 (três) anos de efetivo exercício.
- c) 4 (quatro) anos de efetivo exercício.
- d) No ato da posse.

35) O Estatuto do Servidor Público do Município de Embu das Artes (Lei Complementar Municipal nº 137, de 12 de março de 2010), dispõe as formas de provimento de cargo público, conforme abaixo.

São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - readaptação;
- III - reintegração;
- IV - recondução;
- V - reversão;
- VI - aproveitamento.

Considerando o dispositivo acima, assinale a alternativa correta.

- a) A reversão consiste na reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando inválida a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- b) A reintegração é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
- c) A reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- d) A readaptação é o retorno ao cargo de origem, de servidor readaptado que tenha os motivos que deram ensejo à readaptação eliminados ou declarados insubsistentes.

36) O Artigo 7º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, estabelece a lista de circunstâncias levadas em consideração na aplicação das sanções, não sendo parte desta:

- a) A gravidade da infração.
- b) A situação econômica do infrator.
- c) A vantagem auferida ou pretendida pelo infrator.
- d) A reincidência do autor.

37) Conforme artigo 70 da Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- a) Poder Executivo.
- b) Tribunal de Contas da União, exclusivamente.

- c) Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- d) Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

38) De acordo com o artigo 10 da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos, sendo precedida, atualmente, de licitação na modalidade:

- a) Convite
- b) Dispensa
- c) Tomada de Preços
- d) Concorrência

39) Conforme o “Manual Básico – Dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal”, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, entende-se por dívida flutuante:

- a) Compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos. Dívida Interna Pública Compromissos assumidos por entidade pública dentro do país, portanto, em moeda nacional.
- b) Sempre de curto prazo; compõe-se de despesas não pagas no exercício do compromisso (Restos a Pagar), de depósitos e outras consignações extra orçamentárias.
- c) A constituída pelos créditos do Estado, devido ao não pagamento pelos contribuintes, dos tributos, dentro dos exercícios em que foram lançados. Por isso, só os tributos diretos, sujeitos a lançamento prévio, constituem dívida ativa.
- d) Compromissos assumidos por entidade pública gerando a obrigação de pagamento do principal e acessórios.

40) À luz do “Manual Básico – O Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos”, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Brasil o planejamento orçamentário se desdobra em leis, hierarquizadas e interdependentes, indique:

- a) O Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei de Orçamento Anual – LOA.
- b) O Plano Plurianual – PPA, a Lei de Orçamento Anual – LOA e o Plano Diretor.
- c) A Lei de Orçamento Anual – LOA e o Plano Plurianual – PPA, apenas.
- d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, o Plano Plurianual – PPA e o Plano Diretor.

41) Em atenção ao “Manual básico – O Tribunal e a gestão financeira dos Prefeitos”, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o repasse de receita excessiva feito pelo Prefeito à Câmara dos Vereadores, onde este transfere mais do que possibilita a Constituição Federal, incorre em crime de:

- a) Improbidade.
- b) Peculato.
- c) Crime de responsabilidade.
- d) Corrupção passiva.

42) De acordo com o Manual “O Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos” do Tribunal de Contas do Estado de São

Paulo, as despesas impróprias ressentem-se de interesse público, ofendendo o princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Moralidade.
- c) Tipicidade.
- d) Publicidade.

43) De acordo com o Manual “Os Cuidados Com o Último Ano de Mandato”, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, comete crime contra as finanças públicas, passível de pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos quem pratica ato de aumento de despesa total com pessoal no último ano de mandato ou legislatura:

- a) Nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.
- b) Nos duzentos e dez dias anteriores ao final do mandato.
- c) Nos duzentos e quarenta dias anteriores ao final do mandato.
- d) Nos duzentos e setenta dias anteriores ao final do mandato.

44) O que é o Terceiro Setor, ou *Third Sector*, à luz dos manuais do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo?

- a) Representante do Estado.
- b) Iniciativa privada.
- c) Organizações sem fins lucrativos.
- d) Representantes dos tribunais de fiscalização.

45) Assinale a alternativa correta a respeito dos Vereadores dos Municípios, de acordo com o previsto em dispositivo legal.

- a) Sua quantidade máxima é subordinada à Legislação Federal, sendo mínima de nove e máxima de vinte, em municípios de até um milhão de habitantes.
- b) A quantidade local subordina-se ao disposto na Constituição Federal, sendo o mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco, nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes.
- c) A quantidade máxima é subordinada à Lei Constitucional, a qual estabelece a quantidade mínima de quarenta e um nos Municípios de até um milhão e menos de cinco milhões de habitantes.
- d) A quantidade de Vereadores é disposta em Lei Municipal, sendo obedecida a proporcionalidade mínima e máxima de acordo com Resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

46) Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios gerais da Administração Pública, à luz do “Manual Básico – Remuneração dos Agentes Políticos Municipais”, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

- a) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, conjugados com os pressupostos da Razoabilidade, Proporcionalidade, Economicidade e Defesa do Interesse Público.
- b) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, conjugados com os pressupostos da Razoabilidade, Subsidiariedade, Proporcionalidade, Economicidade e Defesa do Interesse Público.
- c) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, conjugados com os pressupostos da Razoabilidade, Subsidiariedade, Proporcionalidade, Indelegabilidade, Economicidade e Defesa do Interesse Público.

d) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, conjugados com os pressupostos da Razoabilidade, Subsidiariedade, Proporcionalidade, Indeclinabilidade, Economicidade e Defesa do Interesse Público.

47) De acordo com o artigo 4º da Lei Orgânica e Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993), quantos Conselheiros compõem o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo?

- a) 5.
- b) 7.
- c) 9.
- d) 11.

48) De acordo com o artigo 52 da Lei Orgânica e Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993), todos os processos submetidos ao Tribunal de Contas será assegurada ampla defesa ao responsável ou interessado. Identifique os recursos admissíveis pelo Tribunal de Contas, bem como assinale a alternativa correta.

- I – Recurso Ordinário.
- II – Apelação.
- III – Agravo.
- IV – Embargos de Declaração.
- V – Pedido de Reexame.

- a) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

49) De acordo com o Manual “O Tribunal e as Entidades Municipais da Administração Indireta”, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é órgão especial:

- a) Tribunal Pleno.
- b) Primeira Câmara e Segunda Câmara.
- c) Julgador Singular.
- d) Corpo de Auditores do Tribunal de Contas.

50) De acordo com o artigo 73 da Lei Orgânica e Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e os Manuais do Tribunal de Contas, identifique as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta a respeito das fundamentações cabíveis da Ação de Revisão de Julgado.

- I – erro de cálculo nas contas.
 - II – omissão ou erro de classificação de qualquer verba.
 - III – falsidade de qualquer documento da ação da decisão.
 - IV – superveniência de documentos novos, com eficácia sobre a prova produzida.
- a) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

51) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, nas medidas de:

- a) 50% (cinquenta por cento) à União; 50% (cinquenta por cento) aos Estados; e 60% (sessenta por cento) aos Municípios.
- b) 50% (cinquenta por cento) à União; 60% (sessenta por cento) aos Estados; e 60% (sessenta por cento) aos Municípios.
- c) 60% (sessenta por cento) à União; 60% (sessenta por cento) aos Estados e; 60% (sessenta por cento) aos Municípios.
- d) 60% (sessenta por cento) à União; 50% (cinquenta por cento) aos Estados e; 50% (cinquenta por cento) aos Municípios.

52) De acordo com o Manual “O Tribunal e as Entidades Municipais da Administração Indireta” do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, considere o texto abaixo e assinale alternativa correta.

A notificação, em processo de tomada de contas, convidando o responsável, sob as penas da lei, a prestar informações, a exhibir documentos novos ou a defender-se, bem como a intimação de que foi condenado em alcance ou multa serão feitas:

- I – Pessoalmente.
- II – Com hora certa.
- III – Por via postal ou telegráfica.
- IV – Por edital.

- a) Apenas as assertivas I e II estão incorretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão incorretas.
- c) Todas as assertivas estão incorretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

53) A respeito do Controle Interno da Administração Pública, identifique as afirmativas abaixo, bem como assinale a alternativa correta, de acordo com o “Manual de Controle Interno Do Município”, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

I – Controlar significa fiscalizar, evitando que a objetivada entidade se desvie das finalidades para as quais foi instituída na sociedade.

II – O “controle interno” será exercido por servidores da própria entidade auditada, conforme as normas, regulamentos e procedimentos por ela própria determinada, em consonância com os preceitos gerais da Constituição e das leis que regem o setor público.

III – O “controle interno”, dito o mesmo que “sistema de controle interno”, uma vez que ambos destinam-se a verificação da pertinência e a eficiência do controle de todos os setores das entidades auditadas.

- a) Apenas as assertivas I e III estão incorretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

54) A Constituição Federal de 1988 alterou as formas de exercício do Controle Interno. Assinale a alternativa correta a respeito da atual forma de exercício do poder de Controle Interno, de acordo com o artigo 74 da Constituição Federal.

- a) É exercido exclusivamente pelo Poder Executivo.
- b) É exercido de forma integrada pelo poder Executivo e Judiciário.
- c) É exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário.

d) É exercido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de forma integrada.

55) De acordo com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, as obras e serviços poderão ser executados nas formas direta e indireta, não sendo uma forma de execução indireta:

- a) Empreitada por preço global.
- b) Empreitada por preço unitário.
- c) Tarefa.
- d) Empreitada igualitária.

56) Conforme dispõe o artigo 11 da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, EXCETO:

- a) Frustrar a licitude de concurso público.
- b) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- c) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- d) Cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

57) Conforme artigo 33 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, as alternativas a seguir apresentam condições que geram vacância de cargo público, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Promoção.
- b) Falecimento.
- c) Posse em outro cargo inacumulável.
- d) Licença para trato de interesse particular.

58) Em conformidade com o artigo 2, §2 da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, denomina-se:

- a) Concessão comum.
- b) Concessão administrativa.
- c) Concessão patrocinada.
- d) Concessão de uso de bem público.

59) De acordo com o artigo 29, IV da Constituição Federal, nos Municípios de até 15.000 habitantes, para a composição das Câmaras Municipais será observado o limite máximo de:

- a) 9 Vereadores
- b) 11 Vereadores
- c) 13 Vereadores
- d) 15 Vereadores

60) A Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 em seu artigo 5º dispõe quanto aos requisitos básicos para investidura em cargo público. Assinale a alternativa que não corresponde aos requisitos exigidos.

- a) O gozo dos direitos políticos.
- b) Idade mínima de dezoito anos.
- c) Aptidão física e mental.
- d) Ser brasileiro nato ou naturalizado.

61) No que se refere o exercício financeiro, previsto no artigo 34 e seguintes da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 assinale:

I - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

II - Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

III - Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 01 de janeiro do respectivo ano, distinguindo-se as processadas das não processadas.

IV - Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício, quando a anulação ocorrer após o encerramento deste considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

62) Conforme ensinamentos do autor Hely Lopes Meirelles em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, as fases comuns ao processo administrativo propriamente dito, ou seja, a todo aquele destinado a propiciar uma decisão vinculante sobre atos, fatos, situações e direitos controvertidos perante o órgão competente, são cinco e se desenvolvem nesta ordem:

- a) Instrução, instauração, defesa, relatório e julgamento.
- b) Instauração, instrução, defesa, relatório e julgamento.
- c) Instrução, instauração, defesa, julgamento e relatório.
- d) Instauração, instrução, defesa, julgamento e relatório.

63) Acerca dos contratos administrativos previstos no Capítulo II da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, assinale a opção correta.

- a) Poderá ser alterado bilateralmente quando houver qualquer modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto contratual;
- b) Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas.
- c) A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas obras, serviços, compras ou reforma de edifício, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- d) Decorridos 40 dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

64) Na licitação promovida por uma autarquia federal, nenhuma proposta foi apresentada. Neste caso, com base no artigo 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, assinale a alternativa correta.

- a) A contratação por dispensa é admitida, quando justificadamente a licitação não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- b) A contratação por inexigibilidade é admitida, como elemento de justificação a licitação deserta anterior;
- c) A contratação por dispensa é admitida, ainda que ela possa ser repetida sem prejuízo para a Administração;

d) Deverá a autarquia promover novo Edital e relançá-lo, em consonância ao princípio da livre concorrência.

65) De acordo com a obra **Direito Constitucional Esquemático 20ª ed.**, do autor Pedro Lenza, o regime jurídico do Partido Político é classificado como:

- a) Pessoa jurídica de direito público interno.
- b) Pessoa jurídica de direito público externo.
- c) Pessoa jurídica de direito privado.
- d) Nenhuma das alternativas.

66) São órgãos da Justiça Eleitoral: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE); os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs); os Juízes Eleitorais; e as Juntas Eleitorais. A respeito da composição do TSE, de a obra **Direito Constitucional Esquemático 20ª ed.**, do autor Pedro Lenza assinale a alternativa correta.

- a) 33 ministros.
- b) 7 ministros.
- c) 11 ministros.
- d) 13 ministros.

67) Acerca da investidura ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com a obra **Direito Constitucional Esquemático 20ª ed.**, do autor Pedro Lenza, assinale a alternativa correta.

- a) Ministros serão escolhidos e nomeados pelo chefe do poder executivo, após serem sabatinados pelo Conselho Federal e aprovados pelo voto da maioria absoluta, igualando-se ao *quorum* da sabatina para os Ministros do STF.
- b) Os Ministros serão escolhidos e nomeados pelo Presidente da República, após serem sabatinados pelo Senado Federal e aprovados pelo voto da maioria absoluta, sendo requisitos básicos ser brasileiro nato ou naturalizado, ter mais de 35 e menos de 65 anos, com notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) Os Ministros serão escolhidos e nomeados pelo Presidente da República, após serem sabatinados pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal e aprovados pelo voto da maioria absoluta, sendo requisitos básicos ser brasileiro nato ou naturalizado, ter mais de 35 e menos de 65 anos, com notável saber jurídico e reputação ilibada.
- d) Para investidura, deve ser respeitada a regra de composição dos Ministros, sendo 2/3 dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais; 2/3 dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça; 1/4 dentre advogados; e 1/4 dentre membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente;

68) Quantos Conselheiros compõem o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de acordo com Legislação Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo?

- a) 5.
- b) 7.
- c) 9.
- d) 11.

69) O Manual do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo "A Fiscalização da Rede Escolar Municipal" listou os Principais Achados da Ação Fiscalizatória, sendo o principal do Município de Embu das Artes:

- a) Excesso de alunos por escola.
- b) Salas pequenas nas escolas.
- c) Rotatividade significativa no quadro de professores.
- d) Número significativo de professores contratados temporariamente.

70) Conforme o Manual do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo "Contas Anuais do Governador", em se tratando de Parecer Prévio das Contas do Governador caberá, exclusivamente, o pedido de reexame. Acerca do Pedido de Reexame, assinale a alternativa correta:

- a) Terá efeito devolutivo e interposto no prazo de 30 dias.
- b) Terá efeito suspensivo, com interposição no prazo de 30 dias.
- c) Após o recebimento, o pedido de reexame será submetido à tesouraria do Conselheiro Relator do feito.
- d) Tem efeito suspensivo, com prazo de interposição de 15 dias.

71) De acordo com o Manual do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo "Guia de Orientação aos Membros do Conselho FUNDEB", assinale a alternativa incorreta a respeito das características do FUNDEB.

- a) Criado para substituir o antigo FUNDEF, que vigorou entre 1998 e 2006.
- b) Destina-se a atender toda a educação básica, entendida como aquela que abrange desde as creches até o ensino médio.
- c) Seu objetivo principal é a distribuição de recursos financeiros por todo o país, de acordo com o desenvolvimento econômico e social de cada região, de forma a garantir um valor mínimo de investimento em cada aluno matriculado na rede de ensino.
- d) Desde 2009, quando se completou a sua implantação, o Fundo é composto de, além de outras receitas, 20% da receita do Imposto de Renda.

72) Trata-se de um tipo especial de apropriação indébita cometida por funcionário público *ratione officii*. É o delito do sujeito que arbitrariamente faz sua ou desvia, em proveito próprio ou de terceiro, a coisa móvel que possui em razão do cargo, seja ela pertencente ao Estado ou a particular, ou esteja sob sua guarda ou vigilância. De acordo com o Código Penal e notas do autor Damásio de Jesus na obra **Código Penal Comentado**, a definição apresentada é própria do crime de:

- a) Furto.
- b) Peculato.
- c) Apropriação Indébita.
- d) Concussão.

73) De acordo com o autor Damásio de Jesus, na obra **Código Penal Anotado**, assinale a alternativa correta a respeito do agente que altera moeda corrente nacional no sentido de lhe atribuir valor menor ao verdadeiro.

- a) Comete delito. Uma vez que alterando o valor da moeda em qualquer circunstância comete ato infracional contra a fé pública.
- b) Não há delito. Como se cuida de crime contra a fé pública, dificilmente é fim em si mesmo, na maioria das vezes se apresentando como meio de locupletamento ilícito. Daí por que

se entende inexistir delito em face da ausência da potencialidade do dano.

c) Há delito. Tipificado pela simples alteração da moeda corrente nacional, independente se atribuído o fim de valor maior ou menor, bem como, haveria delito na mesma tipificação se fossem atribuídos símbolos ou imagens à moeda, permanecendo íntegro o seu valor.

d) O ato de alterar a moeda. Independente de atribuição de valor a maior ou a menor de seu valor real sempre constitui infração penal de crime de moeda falsa.

74) Tício, por conta própria, alterou sua cédula de identidade no sentido de fazer constar seu nome como Mévio. A conduta é tipificada no Código Penal e pelo autor Damásio de Jesus, na obra Código Penal Anotado como:

- a) Falsidade ideológica.
- b) Falsificação de documento público.
- c) Supressão de documento.
- d) Falsificação de documento particular.

75) Acerca do peculato culposo, assinale a alternativa incorreta, considerando o Código Penal e o Código Penal Anotado, do autor Damásio de Jesus.

- a) O funcionário, por negligência, imprudência ou imperícia, concorre para a prática de crime de outrem, seja também funcionário ou simples particular.
- b) Um funcionário, por culpa, concorre para que um particular cometa o furto.
- c) É imprescindível que o sujeito tenha a posse ou a detenção do objeto material diante da atividade por ele realizada na Administração Pública.
- d) Ocorrendo sua reparação após sentença irrecorrível, extingue-se a punibilidade do agente.

76) De acordo com o Código Penal e notas do autor Damásio de Jesus na obra Código Penal Anotado. Quem falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável, cometerá crime contra a ordem tributária, podendo incorrer na pena de:

- a) reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- b) reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
- c) reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.
- d) reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

77) O funcionário público que recebe, indiretamente, em razão de sua função, vantagem indevida, comete o crime de:

- a) Concussão.
- b) Corrupção Passiva.
- c) Peculato.
- d) Corrupção Ativa.

78) Analise o tipo penal abaixo de acordo com as definições de Damásio de Jesus, assinalando a alternativa correta a seu respeito.

Art. 359-A. Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa:

Pena — reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo:

I — com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal;

II — quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei.

a) Trata-se de crime impróprio, pois se exige uma condição especial do sujeito ativo.

b) Pune-se o desrespeito ao princípio da legalidade administrativa, quando realizadas condutas de contratação sem prévia autorização legislativa.

c) É considerado um crime formal, uma vez que o tipo não exige resultado naturalístico.

d) Admite sua forma tentada ante o impedimento, por circunstâncias alheias à vontade do agente, a ordem ou autorização não possa ser emanada.

79) A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 estabelece, em seu artigo 3º os critérios a serem decididos em caso de empate entre concorrentes em procedimentos licitatórios. Analise abaixo e numere em ordem de sucessão os critérios, assinalando a alternativa correta correspondente.

() bens e serviços produzidos no País

() bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras

() bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País

() bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

a) 1, 2, 3, 4.

b) 1, 3, 4, 2.

c) 2, 4, 3, 1.

d) 1, 2, 4, 3.

80) Conforme o Manual do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo “Contas Anuais do Governador”, as contas apresentadas pelo Governador, que abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Tribunal de Contas, deverão dar entrada na Assembléia a as finanças públicas, passível de pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos quem pratica ato de aumento de despesa total com pessoal no último ano de mandato ou legislatura:

a) Até o dia 30 de abril do ano vigente.

b) Até o dia 30 de junho do ano vigente.

c) Até o dia 30 de dezembro do ano vigente.

d) Até o dia 30 de outubro do ano vigente.